



FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DISPENSA DE LICITAÇÃO:

A vigente legislação (art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993) prevê dispensa de licitação para serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo 23, do mesmo diploma legal, atualizado pelo Decreto n. 9412/2018 (R\$176.000,00 – 10% = R\$17.600,00), desde que se refiram a parcelas de uma mesma compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Conforme demonstrado, o valor a ser pago pelo total dos serviços mostra compatível com o (limite fixado pelo artigo 24, II, da mesma lei).

JUSTIFICATIVA DA DISPENSA:

Considerando que este órgão preza pelo cumprimento das determinações dos órgãos de controle externo;

Considerando atender a demanda da Secretaria Municipal de educação, que irá acomodar os alunos no horário das atividades e brincadeiras e tem por objetivo fornecer proteção aos brinquedos que serão instalados no mesmo local devido as necessidades climáticas, pois a maior parte dos brinquedos será instalado em ar livre. Neste sentido, torna – se imprescindível a aquisição de tais materiais que contribuirá para adequação do ambiente e para desenvolvimento das atividades exercidas ao ar livre.

Considerando que o Art. 24, II da lei Especial n. 8.666/93, prevê dispensa de licitação para serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo 23, do mesmo diploma legal;

Considerando ainda que o Art. 1, II do Decreto n. 9.412 de 18 de junho de 2018, prevê dispensa de licitação para serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo 23, da Lei nº 8.666/93

O Fundo Municipal de Educação de São Valério, justifica o procedimento de dispensa de licitação com base no artigo 24, II da Lei 8.666/93, para **AQUISIÇÃO DE TENDAS (10X10) COM ESTRUTURA EM ALUMÍNIO EM ATENDIMENTO AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL – (CMEI) EDUARDO ELIAS ZANATTA NO MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO/TO.**

Por estas razões, assim sendo, atendendo o disposto no Artigo 24, lei 8.666/93, justificamos este procedimento de dispensa de licitação;

Cleonice de Castro Nunes
Presidente CPL
Portaria 012/2021

Cleonice de Castro Nunes

Cleonice de Castro Nunes
Comissão Permanente de Licitação
Presidente - CPL

Paulo Divino de Araújo Reis

Membro 1º

Vanio da Costa Leite

Membro 2º

São Valério, 11 de novembro de 2021.